**A LIMITAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES CIVIS NO CONTEXTO
BRASILEIRO PÓS-MANIFESTAÇÕES DE 2013 E O DIREITO COMO
INSTRUMENTO DE CONTROLE NA PERCEPÇÃO DE PIERRE
BOURDIEU**

**THE LIMITATION OF CIVIL DEMONSTRATIONS IN THE
BRAZILIAN CONTEXT AFTER THE DEMONSTRATIONS OF 2013
AND THE LAW AS AN INSTRUMENT OF CONTROL IN PIERRE
BOURDIEU'S PERCEPTION**

Marcos Vinicius Ferreira da Silva¹

Ruan Didier Bruzaca²

RESUMO

Estudo sobre a limitação das manifestações civis no Brasil após as manifestações de 2013 e o direito como instrumento de controle na percepção do sociólogo Pierre Bourdieu. Tem como problema principal questionar em que medida é exercido o controle decorrente do direito face às manifestações civis, levando-se em consideração o estudo do caso brasileiro das manifestações de julho de 2013. O objetivo central é analisar o direito como instrumento de controle enquanto limitador das manifestações civis, a partir das concepções de Pierre Bourdieu. Tipifica a pesquisa como bibliográfica pautada nas abordagens do sociólogo Pierre Bourdieu, bem como bibliografia nacional sobre as manifestações contra o aumento de passagens no Brasil e as de junho de 2013. A pesquisa é definida como exploratória e qualitativa, utilizando-se de pesquisa documental, se apoiando em levantamentos de matérias jornalísticas relacionadas aos acontecimentos do período relatado, leis vigentes à época das manifestações, projetos de leis editados no período dos acontecimentos.

Palavras-chave: Manifestações. Limitação. Pierre Bourdieu. Junho de 2013.

ABSTRACT

Study on the limitation of civil demonstrations in Brazil after the 2013 demonstrations and the law as a tool of control under the perception of sociologist Pierre Bourdieu. The main problem is to question the extent to which the control that comes from the law is exercised against civil demonstrations, considering the Brazilian case of July 2013 demonstrations. The main objective is to analyze the law as a tool of control that limits civil demonstrations, grounded on the conceptions of Pierre Bourdieu. The research is labeled as bibliographical grounded on the approaches of the sociologist Pierre Bourdieu, as well as national bibliography about manifestations against the increase of bus tickets in Brazil and those of June 2013. The research

¹ Graduando do curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail marcos_vinicius@outlook.com

² Doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com período sanduíche na Università Degli Studi di Firenze (UNIFI); Mestre em Direito e Instituições do Sistema de Justiça pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Direito da UFMA. E-mail: ruan.didier@ufma.br

is defined as exploratory and qualitative, using documentary research, based on surveys of journalistic materials linked to the events of that period, current laws at the time of the demonstrations, bills made during the events.

Key words: Demonstrations. Boundaries. Pierre Bourdieu. June 2013.

1 Introdução

Inseridos num âmbito em que o direito é visto como uma força cogente, em que nos é imposto desde o nascer um conjunto de normas coercitivas, consideradas universais e que nem sempre são questionadas, dado o seu status de legitimidade, os indivíduos se encontram num estado de controle. Ademais, como tudo criado pelo esforço humano, o direito cumpre um determinado objetivo para uma certa época e lugar, e ao adquirir o status de legitimidade, condicionam todos os indivíduos.

Uma forma de demonstração desse controle é a maneira de lidar com as manifestações civis. As manifestações civis, podem ser consideradas como um ato coletivo para expressar uma opinião comum a um determinado grupo, em que, na maioria das vezes possui um teor político ou social e, tem o objetivo de requerer, reivindicar ou reclamar contra o poder público. Assim, o modo como o Estado reage a uma reivindicação direta tem muito a revelar.

Embora sempre presente ao longo da história, nos últimos anos houve um conjunto de manifestações que se sobressaiu no contexto brasileiro, produzindo uma intensa mobilização em todo o território nacional, atingindo diferentes estratos sociais, diversas idades e vários Estados da Federação: as manifestações de junho de 2013.

As manifestações de junho de 2013 foram decorrentes do aumento da tarifa dos ônibus, tomando proporções nacionais, expressando uma insatisfação não só pelo aumento de passagens, mas por questões relativas saúde, transporte, educação, entre outros. A partir deste momento, surgiram movimentos contra a corrupção no governo, e, até os dias atuais se realizam manifestações para demonstrar apoio ou rejeição ao governo ou a determinadas políticas.

Em todos esses movimentos, o direito esteve presente, já que se esperava dos manifestantes uma norma comportamental para que os protestos tivessem legitimidade. Em outros termos, protestos em que houvesse uma certa desordem ou indisciplina eram controlados pelas forças policiais e os responsáveis por esses atos poderiam ser responsabilizados legalmente.

Diante deste cenário, o presente artigo tem como problema a ser enfrentado indagar em que medida se exerce controle decorrente do direito face às manifestações civis, levando-se em consideração o estudo do caso das manifestações de julho de 2013. Tem-se como objetivo

principal analisar o direito como instrumento de controle enquanto limitador das manifestações civis.

Trata-se de pesquisa exploratória e qualitativa, utilizando-se de pesquisa documental, se apoiando em levantamentos de matérias jornalísticas relacionadas aos acontecimentos do período relatado, leis vigentes à época das manifestações, projetos de leis editados no período dos acontecimentos. Ademais, valeu-se de pesquisa bibliográfica, utilizando-se como referencial teórico Pierre Bourdieu, bem como bibliografia nacional sobre as manifestações contra o aumento de passagens no Brasil e as de junho de 2013.

2 Histórico das manifestações sociais no Brasil: contextualizando as jornadas de junho

Um dos fatos que a história nos mostra é que, tão comum quanto a criação de um governo é a insurreição contra ele, sendo a história construída pela instauração de governos, quedas e revoltas contra os mesmos. Em alguns períodos o ato de se revoltar foi mais difícil, em outros mais fácil. O fato é que aqueles que estão no poder por vezes respondem a tais atos que questionam sua autoridade e podem representar um risco ao domínio vigente.

Nos últimos 8 anos foi percebida uma efervescência política no cenário nacional e internacional. Houve uma onda crescente de manifestações que eclodiu a partir de 2013, com as manifestações de junho, que serão abordadas mais à frente. Coincidentemente, no mesmo ano, também surgiu o movimento internacional *Black Lives Matter*, que se iniciou nos Estados Unidos, mas foi se expandindo e alcançou outros países (ARRUDA, 2020).

Scherer-Warren (2014, p. 417) adverte que, apesar das manifestações de 2013 no Brasil terem ganhado grande repercussão, é importante notar que a história brasileira é marcada por diferentes manifestações e protagonistas. Exemplifica com as Diretas já, Caras Pintadas, Movimento pela Ética na Política, Grito dos Excluídos, Macha das Margaridas, movimentos em favor da Reforma Agrária etc.

Dessa forma, nota-se como as manifestações vêm por se tornar uma forma de expressar as inquietações da população. Atualmente, no Brasil, destacam-se manifestações a favor ou contra o Presidente da República Jair Bolsonaro, embora as manifestações não se limitem unicamente a essa temática. Percebe-se a partir daí o quanto o ato de se manifestar publicamente se tornou um dos principais meios de exprimir os anseios e opiniões de determinados grupos.

Cabe aqui se restringir a um dos maiores picos das manifestações na última década: as manifestações de junho de 2013. As manifestações iniciadas em junho de 2013 tiveram como estopim a insatisfação com o aumento das tarifas de ônibus, se espalhando pelas cidades brasileiras e ganhando outros contornos, não se limitando apenas àquela pauta inaugural.

As manifestações populares que aconteceram em junho de 2013, que ficaram conhecidas como “jornadas de junho”, tinham por motivo o aumento do preço da passagem de ônibus em algumas cidades brasileiras. Porém, por mais que este tenha sido o pano de fundo, ao longo das manifestações “surgiram novas pautas que culminaram numa contestação do próprio Estado e na evidência da crise de representatividade do sistema político vigente” (RIBAS; OLIVEIRA; HAMDAN; 2017).

Embora as manifestações civis nunca deixaram de existir no Brasil, se fazendo presente até mesmo em um dos períodos mais autoritários, como a ditadura, o povo brasileiro não presenciava ou participava de uma mobilização tão grande desde o impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo, em dezembro de 1992 (VILA-NOVA, 2015).

As manifestações de 2013 não foram as primeiras manifestações no Brasil contra o aumento das passagens. Existe um histórico de manifestações contra o aumento de tarifas de transporte que atinge diretamente a população mais vulnerável economicamente, dependentes do transporte coletivo, tornando-se uma reivindicação não somente por mobilidade urbana, mas uma reivindicação que aponta contradições socioeconômicas.

Muitas dessas manifestações partiram de iniciativa do Movimento Passe Livre, incluindo algumas das manifestações de 2013, quando as passeatas ainda eram pelo aumento das passagens. O Movimento Passe Livre “é um movimento social autônomo, apartidário e horizontal, cuja principal luta centra-se na gratuidade do transporte público de qualidade. Foi oficializado em 2005, em Porto Alegre, na Plenária Nacional pelo Passe Livre, organizada durante o Fórum Social Mundial” (MARICATO *et al*, 2013).

O Movimento Passe Livre foi fundado em 2005, mas antes disso já existiam campanhas buscando o mesmo objetivo e fazendo manifestações para alcançá-las. A primeira grande manifestação contra o aumento das passagens de ônibus se deu na cidade de Salvador, em agosto de 2003. O movimento ficou conhecido como “A Revolta do Buzu”. É impossível calcular precisamente quantas pessoas participaram desses protestos, mas as estimativas giram

em torno de 40 mil, e pode-se dizer que qualquer pessoa que tenha entre 24 e 34 anos hoje em dia e que morava na capital baiana participou da revolta (MOVIMENTO PASSE LIVRE – SP, 2013).

Em 2004, aconteceu em Florianópolis a chamada “Revolta da Catraca”, um movimento similar ao que aconteceu em Salvador. Ocupando terminais e bloqueando pontes, a mobilização conseguiu revogar o aumento das passagens. Movimento similar aconteceu também na cidade de Vitória um ano depois, em 2005, onde o aumento também foi barrado (VILA-NOVA, 2015). Neste momento, o MPL já havia sido oficializado.

Movimentos de rua em prol da mobilidade urbana foram crescendo e se tornando cada vez mais comuns, acontecendo reivindicações contra o sistema de transporte público em São Paulo no ano de 2006; no Distrito Federal em 2008, o que culminou na aprovação do passe livre estudantil no Distrito Federal em 2009. Em São Paulo também houve manifestações em 2010, 2011 e 2013 (MOVIMENTO PASSE LIVRE – SP, 2013).

Estas são apenas algumas das manifestações e movimentos que ocorreram entre 2003 e 2013, um período de apenas 10 anos, contra o aumento de tarifas de transporte coletivo, construindo um histórico significativo dessa luta que teria seu ápice em 2013. Assim, em junho deste ano, o preço das passagens de ônibus e metrô aumentaram 20 centavos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, o que culminou numa manifestação liderada pelo Movimento Passe Livre. Dias depois, aconteceram novas manifestações de movimentos desassociados do MPL, o que foi crescendo numa onda exponencial.

Em 02 de junho de 2013, o preço das passagens de ônibus nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro aumentou no valor de 20 centavos. No dia posterior, o Movimento pelo Passe Livre inicia manifestações na periferia paulistana. Três dias depois, surge o primeiro protesto “*Anonymous*”, em que um movimento desvinculado do MPL, no centro da cidade paulista, com máscaras do soldado britânico Guy Fawkes. O Movimento Passe-Livre organiza o primeiro ato no centro da capital paulista, reunindo aproximadamente duas mil pessoas, onde houve confrontos com a Polícia Militar. Os movimentos foram se expandindo, chegando a se repetir nas cidades de Goiânia, Natal e Rio de Janeiro, todos com registros de confrontos diretos com os policiais (VILA-NOVA, 2015).

No entanto, por mais que a proposta inicial das manifestações fora o aumento das passagens, a partir do seu decorrer, agregou várias outras pautas importantes no cenário brasileiro, de interesse de toda a sociedade. A diversificação das causas contribuiu até mesmo

para a expansão dos movimentos, pois, com causas heterogêneas, públicos variados em idade e condição social, de diferentes Estados, etc. puderam expressar suas opiniões e anseios por meio das manifestações.

A pluralidade de interesses manifestados pelos protestos representava uma grande insatisfação da população brasileira. A insatisfação coletiva era exteriorizada contra os governos municipais, estaduais e, sobretudo, federal, contra os partidos políticos, contra os políticos e governantes. Dentre as causas desse sentimento, estava a corrupção, que a cada dia produzia uma torrente de notícias sobre escândalos de corrupção, sendo catalisador da insatisfação coletiva expressada pelas manifestações.

Parte dos protestos questionava a continuidade do Partido dos Trabalhadores na presidência da República, mesmo com as notícias de corrupção, a desconfiança de superfaturamento com os gastos com a Copa Mundo de Futebol a ser realizada em 2014, o julgamento dos réus do mensalão, a Proposta de Emenda Constitucional nº 77/2013³, dentre outras causas (SANTOS, 2014).

Desta forma, nas manifestações de 2013, parcela da população brasileira, composta por pessoas de diferentes extratos sociais, faixas etárias e localidades, exprimiu um descontentamento com as políticas econômicas estatais e o colapso nos serviços públicos. Apesar do Estado brasileiro ter conferido importância às pautas das manifestações, em outros momentos respondeu às manifestações, impondo limitações e repelindo os protestos, conforme se passa a destacar.

3 Sobre as mudanças legislativas no contexto das manifestações sociais pós-2013

Manifestações sociais contrárias ao Estado têm por natureza a necessidade de chamar a atenção deste. Por vezes, o Estado responde àquelas provocações, buscando conter a manifestação com a escusa de sanar as ilegalidades provenientes dos atos ou evitar o seu possível descontrole. No que concerne às manifestações de 2013, percebeu-se a criminalização dos manifestantes e a repressão das forças policiais contra os manifestantes.

Salienta Ilse Gomes Silva (2015) que, a reação das classes dominantes, dos seus representantes presentes nos governos e, até mesmo da mídia, foi de criminalizar as

³ Resultou na Emenda Constitucional nº 82, de 16 de julho de 2014, que “inclui o § 10 ao art. 144 da Constituição Federal, para disciplinar a segurança viária no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 2014). Tal dispositivo definiu a competência para a investigação criminal pelas polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal, limitando o poder de investigação do Ministério Público (SANTOS, 2014).

manifestações. A imprensa colocou a corrupção como principal bandeira dos manifestantes, além de caracterizá-los como jovens de classe média, baderneiros e vândalos, dando como principal explicação para a formação das manifestações o grande uso das redes sociais pelos jovens. Assim, tanto os governantes como a imprensa erigiram um expressivo aparato repressivo para que o número de manifestantes não crescesse.

A partir deste ponto, os governos dos partidos de oposição identificaram no governo federal o responsável pelos problemas apontados pelos manifestantes e se eximiram da responsabilidade de contribuírem para o sucateamento dos serviços públicos e do aumento da violência policial. Nessa conjuntura, os governos unificaram um discurso favorável às manifestações desde que fossem pacíficas, isto é, dentro da ordem e do controle do Estado e de acordo com o que este acharia adequado (SILVA, 2015).

Ao definir o que seria adequado para uma manifestação, aqueles que se distanciavam das atitudes que o Estado considerasse aceitáveis, eram criminalizados, com as alcunhas de vândalo ou criminoso. Tal atitude foi bem explícita principalmente pelas leis utilizadas na criminalização dos manifestantes. Com o aumento da onda de protestos foi comum o surgimento de vários projetos de leis que, de alguma forma, viessem limitar a ação dos manifestantes. Esse processo foi bem evidente, principalmente através dos projetos de leis que proibiam o uso de máscaras nos protestos. Havia projetos de lei com o mesmo objetivo no âmbito federal e estadual.

É possível demonstrar esse aumento ao consultar as propostas legislativas dispostas no site da Câmara dos Deputados. No site da Câmara dos Deputados é possível pesquisar propostas legislativas e, ao pesquisar o termo “máscaras em protestos”, percebe-se que anteriormente ao ano de 2013 não é possível observar nenhum Projeto de Lei com a finalidade de criminalizar o uso de objetos que impedissem a identificação dos indivíduos em protestos e manifestações. Na consulta das propostas legislativas no site da Câmara dos Deputados, ao utilizar os referidos caracteres de busca, projetos com essa finalidade aparecem somente a partir de 2013. Eles continuam a aparecer nos anos seguintes, sendo o maior número de resultados no ano de 2013 e 2014.

Tal consulta ainda não é capaz de demonstrar de maneira completa e detalhada todas as propostas legislativas que tiveram o intuito de obstar e inibir as manifestações populares, até porque nem todas as propostas se trataram unicamente sobre o uso de máscara. Outras versaram acerca de outros assuntos, como danos ao patrimônio (PL 6307/2013),

transporte rodoviário (PL 5531/2013), dentre outros, que também possuíam o mesmo grau de capacidade para atravancar as manifestações.

O advento de propostas de leis nesse sentido logo após as manifestações de junho de 2013 não pode ser interpretado como uma simples coincidência, mas como uma resposta. As leis não são criadas por si só, são elaboradas a partir de acontecimentos reais e de objetivos definidos. Como preceitua Luís Roberto Barroso (2010):

O Direito não existe abstratamente, fora da realidade sobre a qual incide. Pelo contrário, em uma relação intensa e recíproca, em fricção que produz calor mas nem sempre luz, o Direito influencia a realidade e sofre a influência desta. A norma tem a pretensão de conformar os fatos ao seu mandamento, mas não é imune às resistências que eles podem oferecer, nem aos fatores reais do poder.

Dessa forma, como exemplo de lei que teve como objetivo vetar máscaras em manifestações, tem-se a aprovação da Lei Estadual do Rio de Janeiro 6.528/2013 que proibia o uso de máscara ou qualquer outra forma de ocultar o rosto do cidadão com o propósito de impedir-lhe a identificação, além de vedar o anonimato.

No âmbito federal, pode-se citar o PL 6198/2013, que tinha o objetivo de incluir o art. 40-A na Lei das Contravenções Penais, proibindo o uso de máscaras e outros materiais usados para esconder o rosto durante manifestações populares definidas como a união de três ou mais pessoas que têm o intuito de perturbar a paz pública. O PL 6198/2013 foi apensado ao PL 5964/2013, que tem por objetivo proibir a utilização de objeto ou substância que dificulte a identificação do usuário em local público. Outros Projetos de Lei com a mesma finalidade foram o PL 6347/2013 e o PL 6461/2013, dentre outros.

Houve, inclusive, projetos de lei ou propostas de alterações na legislação com o mesmo propósito no Senado Federal, como o Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2013, que propunha a alteração da Lei das Contravenções Penais para punir com multa quem mantivesse a face coberta, em local aberto ao público para impedir sua identificação.

Saindo das propostas legislativas que tratavam sobre as máscaras, o Projeto de Lei 6307/2013, de autoria do então Deputado Federal Eduardo Cunha, tinha a finalidade de atribuir um tratamento diferenciado para o agente que praticasse atos de vandalismo em manifestações públicas. O referido Projeto pretendia alterar o Código Penal, acrescentando dispositivo que previa pena de reclusão de 08 a 12 anos, multa, e pena correspondente a violência se houvesse dano cometido contra o patrimônio privado ou da União, Estado, Município, empresa

concessionário de serviços públicos ou sociedade de economia mista, pela influência de multidão em “tumulto”.

Um outro Projeto que, embora apresentado um pouco antes do começo das manifestações de junho, mas muito pertinente ao histórico brasileiro de protestos contra aumento de passagens, foi o PL 5531/2013. Tal projeto também pretendia alterar o Código Penal, com a tipificação do crime de atentado contra a segurança do transporte rodoviário, que seria impedir ou perturbar, por mais que fosse com o objetivo de manifestar pensamento, opinião ou protesto, o trânsito de veículos automotores em rodovia terrestre.

Deixando os projetos de leis e conduzindo-se as leis utilizadas nos protestos de 2013, foi utilizada a polêmica Lei de Segurança Nacional, de 14 de dezembro de 1983, que prevê atos de lesão ou que “expõe a perigo de lesão” a integridade territorial, a soberania nacional, o regime representativo e democrático, a Federação, o Estado de Direito e os chefes dos Poderes da União. A Lei de Segurança Nacional foi editada ainda no período da Ditadura Militar, antes da atual Constituição, e ainda hoje causa discussão devido a sua arbitrariedade.

Na história brasileira existiram várias leis para definir os crimes contra a Segurança Nacional, sendo a Lei nº 7.170/1983 a que está em vigor. Acerca das leis anteriores a ela, Heleno Cláudio Frago (1983) anota que, nos últimos tempos, a lei de segurança era aplicada de forma draconiana, possibilitando a perseguição de pessoas que se manifestavam contra o Governo, por fatos que não tinham a ver com a segurança do Estado.

Assim que a Lei nº 7.170/1983 chegou, Heleno Cláudio Frago (1983) a enxergou como um avanço, no entanto, é possível perceber certas raízes que ainda se mantiveram, sendo utilizada em alguns casos nas manifestações de 2013. Sete anos depois das manifestações de junho e a Lei de Segurança Nacional ainda é utilizada para refrear protestos: em 18 de março de 2021 cinco manifestantes contrários ao presidente Jair Bolsonaro foram presos com base na Lei de Segurança Nacional (BBC, 2021).

Outra lei utilizada nas manifestações de 2013 foi a Lei de Organização Criminosa, oficialmente Lei nº 12.850 de 2013, que surgiu coincidentemente durante os períodos dos protestos, e não custou muito tempo para que tentassem aplicá-la para estes casos. A Lei de Organização Criminosa, de 02 de agosto de 2013, considera organização criminosa a associação a partir de quatro pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas com o objetivo de obter vantagens por meio de infrações penais.

Embora a tramitação da lei supracitada tenha sido iniciada antes dos protestos, sua aprovação aconteceu no período das manifestações. É de se ressaltar que, a lei não trata especificamente sobre manifestações, mas definiu o que seria organização criminosa e estabeleceu meios de investigação. Neste sentido, Luiz Otávio Ribas, Gêssica Oliveira e Aline Hamdan (2017, acréscimos nossos) observam que “A utilização dessa lei foi identificada principalmente a partir do dia 15 de outubro [de 2013], quando ocorreu a prisão coletiva de mais de 200 pessoas nas escadarias da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no ato que ficou conhecido como Ocupa Câmara.”

As leis e projetos de leis aqui citados não foram os únicos utilizados e produzidos no ano de 2013 com o intuito de reprimir as manifestações, mas a partir destes é possível inferir como o aparato legislativo foi utilizado no contexto aqui analisado. Assim, a partir das iniciativas citadas é possível organizar a seguinte tabela para melhor compreender:

Tabela 1 – Projetos de leis elaborados no contexto das manifestações de junho de 2013

Lei/Projeto de Lei	Autor do Projeto de Lei	Partido do Autor à época da propositura do P.L.	Objetivo
PL 6198/2013	Jorge Tadeu Mudalen	DEM/SP	Proibir o uso de máscaras e outros materiais usados para esconder o rosto durante manifestações.
PL 5964/2013	Rogério Peninha Mendonça	PMDB/SC	Proibir a utilização de objeto ou substância que dificulte a identificação do usuário em local público.
PL 6347/2013	Carlos Sampaio	PSDB/SP	Aumentar a pena para quem se aproveita do anonimato nas manifestações para provocar danos ao patrimônio público ou privado.
PL 6461/2013	Junji Abe	PSD/SP	Tornar contravenção penal participar de manifestações públicas com máscaras, capuzes ou similares.
PL 6307/2013	Eduardo Cunha	PMDB/RJ	Instituir reclusão de 8 a 12 anos, além de multa, para quem

			danificar patrimônio público ou privado "pela influência de multidão em tumulto".
PL 5531/2013	Wellington Fagundes	PR/MT	Tipificar o crime de atentado contra a segurança do transporte rodoviário, o qual é impedir ou perturbar, mesmo em manifestação, o trânsito de veículos automotores em rodovia terrestre.
PLS 404/2013	Lobão Filho	PMDB-MA	Punir o uso de máscaras ou outros objetos que impeçam a identificação em locais públicos.
Lei Estadual RJ 6.528/2013	Domingos Brazão e Paulo Melo	PMDB-RJ	Proibir o uso de máscara ou qualquer outra forma de ocultar o rosto com o propósito de impedir a identificação do indivíduo e vedar o anonimato em reuniões públicas para manifestação de pensamento
Lei nº 7.170/1983 (Lei de Segurança Nacional)	Presidente da República João Batista Figueiredo		Definir os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelecer seu processo e julgamento e dar outras providências.
Lei nº 12.850 de 2013 (Lei de Organização Criminosa)	Serys Slhessarenko	PT/MT	Dispor sobre as organizações criminosas, os meios de obtenção da prova, o procedimento criminal

Elaboração: autores.

Percebe-se que, a maior parte das propostas legislativas, dentre as aqui apresentadas, uma delas resultando na Lei Estadual do Rio de Janeiro 6.528/2013, advém do PMDB, hoje novamente com o nome de Movimento Democrático Brasileiro (MDB), um dos

partidos mais populares, que pode ser considerado como de centro, embora abrigue filiados de diversas ideologias.

Um outro ponto a ser destacado é o Estado dos Deputados, sendo a maioria dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, o que pode ser evidenciado por estes entes federativos serem o principal foco territorial para as manifestações de 2013, vindo a ser as propostas legislativas e leis promulgadas uma resposta direta para os protestos.

Como já foi apontado, uma das maiores características dos movimentos de 2013 foi a pluralidade de causas defendidas e requeridas, além da multiplicidade de grupos que iam à rua e de regiões em que os protestos aconteciam. Logo, é de se questionar os motivos e propósitos na aplicação da Lei de Organização Criminosa que não seja apenas a utilização da lei e dos seus recursos para rechaçar os protestos.

A aplicação destas leis permitiu uma certa demonização dos manifestantes que praticassem atos que o Estado e a mídia consideravam como inaceitáveis para uma manifestação, pois representavam um perigo para a segurança e ordem. Assim:

Com as inovações legislativas que sucederam as primeiras manifestações, foi constatado um autoritarismo estatal e a aplicação de um sistema de segurança público denominado de consensual, típico de regimes totalitários porque é um modelo autoritário que se impõe pelo consenso obrigatório. Neste sentido o direito de manifestação foi entendido como um conflito anormal e prevaleceu a ideologia da defesa social e a consequente criminalização do manifestante como inimigo interno. [...] Nesse sentido, alega-se a manutenção da paz e da ordem interna para a repressão policial nas jornadas. Dessa forma, através da mídia formaliza-se a figura do vândalo para legitimar a punição e antecipar a pena do denominado inimigo do Estado (RIBAS; OLIVEIRA; HAMDAM, 2017).

A figura do infrator formaliza a licença para o uso da força estatal. Assim, com o objetivo de legitimar o uso da violência, o discurso da lei e da ordem e da proteção da propriedade é institucionalizado através de legislação arbitrária e apresentado à população como medida de proteção não apenas ao patrimônio público e privado, mas aqueles que realizarem manifestações pacíficas (SILVA, 2015).

Portanto, é perceptível que as manifestações resultaram em iniciativas e movimentações legislativas, devendo-se observar que tais iniciativas não foram obra do acaso ou pura coincidência do destino, mas sim uma resposta dos governantes às reivindicações da população.

4 Manifestações sociais pós-2013 através da percepção de Pierre Bourdieu

O sociólogo francês Pierre Bourdieu, possui produção larga e abrangente, contribuindo para várias áreas do conhecimento, como educação, cultura, política, dentre outras. Na busca de compreender a estrutura do Estado e as relações de poder, o autor se dedica a estudos sobre o campo do direito, estudos estes que podem ser úteis na interpretação dos atos jurídicos e legislativos.

As obras de Pierre Bourdieu discutem sobre o campo do direito, fazendo-se pertinentes na medida em que tentamos entender que as iniciativas legislativas e jurídicas foram uma reação às manifestações. Assim, é oportuno convocar os pensamentos do autor, pois preocupava-o explicar as práticas sociais, políticas, e culturais ao seu redor, atos que precisam ser relacionados a um pano de fundo de eventos sociais e históricos (GRENFELL, 2018, p.32-33).

Nos cursos de Pierre Bourdieu reunidos na obra “Sobre o Estado”, o referido autor busca entender os mecanismos do que é definido como Estado. Antes de tudo define o Estado como uma ilusão bem fundamentada, um lugar que existe essencialmente porque se acredita que ele existe. Essa realidade ilusória, mas coletivamente validada pelo consenso. Dessa forma, o autor concebe o Estado como uma forma de crença, uma “ficção jurídica”, uma invenção, o qual “é atribuído o poder de organizar a vida social através da imposição de estruturas cognitivas e de consensos sobre o sentido do mundo” (BEZERRA, 2015).

Um dos conceitos perpetuadores do poder estatal em “Sobre o Estado” e demais escritos, é o conceito de universalização. Deste modo, utilizando o exemplo de sua pesquisa sobre o mercado da casa própria na França, Bourdieu (2014) afirma que agentes investidos de legitimidade transformam interesses particulares em universais. Ocorre assim a alquimia de transmutar pontos de vistas particulares em legítimos.

É utilizado todo um capital de recursos para aqueles que sabem fazê-los funcionar e, reproduz-se o universal. A *doxa* é utilizada para transformar o que é tacitamente admitido como sendo óbvio, mobilizando de tal maneira que as proposições de membros de uma ordem social possam funcionar como palavras de ordem e proceder a essa operação extraordinária que consiste em transformar uma constatação em norma, em passar do positivo ao normativo (BOURDIEU, 2014).

Para que tal mecanismo possa funcionar se faz necessário a figura do “profeta jurídico”, que tem a função de fundar um discurso com a finalidade de ser unanimemente reconhecido como a expressão unânime de um grupo unânime (BOURDIEU, 2014). Os juristas,

chamados de mestres da linguagem pelo autor francês, podem chegar ao ponto de até mesmo regular a transgressão das normas, pois estes a dominam. São alquimistas que transformam um discurso particular em discurso coletivo e sagrado, capaz de receber o consentimento de todos os indivíduos, transmutando os pontos de vistas particulares em universais e invioláveis.

Em seu escrito “A força do direito”, o sociólogo francês também se debruça sobre o campo do direito. O conceito de campo para Bourdieu desempenha um papel fundamental na sua teoria, assim como o de *habitus*. Nesse sentido “o mundo social é concebido por Bourdieu como um conjunto de multicosmos chamados de campos. Cada um tem seus problemas, seus objetos e interesses específicos (campo literário, científico, político, acadêmico, jurídico, religioso, jornalístico etc.)” (SCKELL, 2016, p. 161).

Para compreender melhor a ideia de campo, na obra “Razões práticas”, Pierre Bourdieu (1996, p. 51) declara que a gênese do Estado é inseparável de um processo de unificação dos diferentes campos sociais, econômico, cultural, político, etc. Continua o sociólogo a falar que, pelo fato de concentrar um conjunto de recursos materiais e simbólicos, o Estado tem a capacidade de regular o funcionamento dos diferentes campos, seja através de intervenções financeiras, como no caso do campo econômico ou cultural, na forma de incentivos; seja através de intervenções jurídicas, como no caso de regulamentações do funcionamento de organizações ou de comportamentos individuais.

Em “A força do direito”, ao analisar o campo jurídico, Bourdieu (1989) tenta se afastar do formalismo (oriundo das teorias de Kelsen), que declara uma autonomia da forma jurídica em relação ao mundo social, e do instrumentalismo (proveniente de teorias marxistas), enxergando o direito como somente uma ferramenta a favor dos dominantes. O autor oferece, assim, uma certa autonomia ao campo jurídico, analisando-o não apenas por fatores externos, mas também por fatores internos.

A crítica de Bourdieu ao direito, de acordo com Lígia Mori Madeira (2007), advém na constatação de que o interesse do campo jurídico não está na eficiência jurídica ou na justiça social, mas na crença no formalismo do direito, base pela qual os agentes e as instituições jurídicas constroem o monopólio do uso do direito. A crença na neutralidade, universalidade e justiça é o que legitimam as decisões.

Alguns efeitos destacados pelo sociólogo francês em relação a lógica de funcionamento do campo jurídico são os efeitos da “apriorização”, da “neutralização” e da “universalização”. O efeito da apriorização consiste no uso da língua, ao combinar elementos

retirados da língua comum e elementos estranhos ao seu sistema, resulta numa retórica de impersonalidade e neutralidade. O efeito da neutralização decorre de um conjunto de características sintáticas, como o predomínio de construções passivas e das frases impessoais, com o objetivo de marcar a impersonalidade do enunciado normativo e constituir o enunciador como um sujeito universal, imparcial e objetivo. Por último, o efeito da *universalização* é obtido através de vários processos convergentes, como o recurso sistemático ao indicativo para enunciar normas; o emprego de verbos atestivos na terceira pessoa; o uso de indefinidos próprios para exprimirem a generalidade e omnitemporalidade da regra do direito: a referência a valores transubjetivos que pressupõe a existência de um consenso ético, dentre outros (BOURDIEU, 1989).

Todavia, os operadores jurídicos estão intrinsecamente ligados à classe dominante, advindos dela na maior parte das vezes, e reproduzem suas concepções nas suas iniciativas jurídicas e legislativas. Bourdieu (1989) afirma que, é certo que os agentes encarregados de criar e aplicar o direito possuem afinidades com os detentores do poder temporal, político e econômico. Assim, “a proximidade dos interesses e, sobretudo, a afinidade dos *habitus*, ligada a formação familiares e escolares semelhantes, favorecem o parentesco das visões de mundo”.

Dessa forma, as escolhas que os agentes jurídicos devem fazer tem pouca possibilidade de contrariar as vontades dos dominantes, pois os hábitos, costumes, práticas e comportamentos dos agentes jurídicos, que são exteriorizados em suas iniciativas legislativas e jurídicas, estão em conformidade com os interesses, propósitos e valores dos dominantes.

O direito só pode exercer a sua eficácia específica conforme obtém o reconhecimento, na medida em que permanece desconhecida a parte maior ou menor de arbitrário que está na origem do seu funcionamento (BOURDIEU, 1989, p. 243). Assim, o efeito simbólico do direito só é possível se ele for socialmente aceito como uma resposta neutra e autônoma às necessidades reais (SCKELL, 2016, p. 166).

Os interesses dos dominantes além de serem oficializados e universalizados, pelos motivos e razões já expostos, se conservam no tempo devido a características próprias do direito. Ao se proclamar uma decisão ou criar uma norma, ela própria serve de modelo e fundamento para o advento de normas e decisões ulteriores, favorecendo a lógica, os valores intrínsecos e os objetivos do precedente (BOURDIEU, 1989).

O trabalho jurídico constitui um dos maiores fundamentos da manutenção da ordem simbólica. Além da lógica supracitada, a sistematização e racionalização conferem o selo da

universalidade para um ponto de vista da ordem social que, em nada se opõe ao ponto de vista dos dominantes. (BOURDIEU, 1989) Portanto, podemos observar que os agentes jurídicos em suas iniciativas normativas, por possuir afinidades com a classe dominante, positivam valores e interesses conforme as vontades e anseios da classe dominante. Utilizando-se a característica de precedência do direito, os valores e interesses dos dominantes se perpetuam no tempo, produzindo o efeito de manter a organização social já estabelecida, isto é, dominantes como dominantes e dominados como dominados.

Entende-se, dessa forma, que numa sociedade diferenciada o efeito de universalização é um dos mecanismos por qual se exerce a dominação simbólica, ou a imposição da legitimidade de uma ordem social. No entanto, o campo jurídico se faz atento às mudanças e as utiliza em seu favor, pois as relações sociais podem mudar, mas as regras de legitimação não de permanecer imutáveis. À medida que aumenta as forças dos dominados no campo social e a dos seus representantes, como partidos ou sindicatos, a diferenciação do campo jurídico tende a aumentar (BOURDIEU, 1989, p. 243). O sociólogo cita o exemplo do desenvolvimento do direito comercial, do direito do trabalho e do direito social.

Assim que as relações sociais se transformam, o direito se adapta e continua no seu papel de legitimador. Os participantes podem mudar, mas o jogo permanece o mesmo. Márcio Cunha Carlomagno (2011) afirma que o campo jurídico não serve apenas para a manutenção da ordem social, mas à própria constituição desta por meio do uso da violência simbólica, um dos elementos que propiciam a constituição do Estado.

Continua o autor a declarar que o campo jurídico está ligado ao *establishment*, a ordem estabelecida. A estrutura do jogo tem um princípio de transcendência, que determina a adaptação do campo jurídico a novos estados de relações sociais quando estas mudam e que asseguram a legitimação das formas estabelecidas. Ademais, o campo jurídico tem a capacidade de estruturar a si mesmo, faz estabelecendo o futuro à imagem do passado, sendo um instrumento de conservação (CARLOMAGNO, 2011).

Alicerçando-se nas obras de Pierre Bourdieu, as iniciativas legislativas contra as manifestações de 2013 se tornam um pouco mais cognoscíveis a partir do momento que se compreende que os atos legislativos estão naturalmente a favor dos dominantes. Leis ou decisões que venham a obstar críticas ou mudanças na ordem social vigente não advém por eventualidades ou acasos, tampouco advém com o único objetivo de sanar possíveis

ilegalidades cometidas, mas são resultados de uma engrenagem muito maior que põe a visão daqueles que estão no topo da cadeia social como visão universal.

As leis utilizadas contra as manifestações chegam ao senso comum com uma forma neutra e universalizante, podendo até mesmo se apresentar como úteis e necessárias, não aparentando se encontrarem contaminadas por motivos e interesses particulares. Com a escusa de proteger a ordem pública, a paz social, dentre outros motivos palatáveis para o consenso, projetos de leis surgiram e leis foram utilizadas com o intuito de limitar e controlar os protestos, já que estes representavam uma perturbação a hierarquia social vigente.

É possível demonstrar o fenômeno da neutralização exposto por Bourdieu através dos crimes atribuídos pelas autoridades policiais aos atos dos manifestantes, em alguns dos protestos. Os principais crimes pelos quais os manifestantes são responsabilizados pelas autoridades policiais, pela divisão temática do Código Penal brasileiro, são classificados em crimes contra o patrimônio, crimes contra a paz pública, crimes contra a administração pública, crimes contra a incolumidade pública e crimes contra a pessoa. Tal fato demonstra a prevalência da criminalização dos protestos como ato de afirmação e defesa do patrimônio e de concepções autoritárias de ordem (ALMEIDA; MONTEIRO; SMIRDELE, 2020).

O que está a se dizer é que as leis e projetos de leis não vieram com um anúncio de que objetivavam impedir que manifestações contra o poder político e econômico ocorressem, mas as autoridades jurisdicionais se utilizam de bens jurídicos genéricos a serem protegidos (a concepção de ordem, por exemplo) para criminalizar os protestos. Assim, independente da classificação dos atos, aqueles que transgridem as leis são vistos como uma ameaça para toda a sociedade e, merecem ser punidos com todo o rigor possível.

Dessa forma, as leis, independente de seus objetivos, adquirem o status de neutras e universais, se caracterizando como respostas imparciais, necessárias e autônomas às necessidades reais. Nas leis e projetos de leis aqui citados, embora todos possuíssem o poder de obstar as manifestações e protestos, eles eram apresentados como defensores do direito de transporte, do patrimônio público e da própria segurança da população.

Outra observação importante do sociólogo francês reside na relação próxima entre os operadores jurídicos e a classe dominante, estando intrinsecamente ligados. Por mais que o salário de deputado ou juiz seja discrepante se comparado à renda da maior parte da população, não é apenas esse fato que os tornam próximos da classe dominante. De acordo com dados do TSE, 80% dos deputados federais eleitos em 2014 possuíam ensino superior completo, sendo

que algumas das profissões mais comuns eram de médico, advogado e empresário (MARCEL, 2014). Na eleição de 2018 o percentual se repetiu (HAJE, 2018).

Detalhe interessante para um país em que, historicamente, o ensino superior sempre foi elitizado e ocupado, majoritariamente, por pessoas de maior poder aquisitivo, por mais que tal quadro esteja em mudança. Este é só um exemplo que demonstra o quanto a maior parte do Legislativo é ocupado por profissões socialmente elitizadas, não que todos os ocupantes dessas profissões sejam de classes sociais elevadas, mas exemplifica a afinidade dos juristas e legisladores com as classes dominantes, estando ligados pela formação familiar e escolar.

Os manifestantes não tinham defronte a eles somente as forças policiais ou a mídia, mas também os aparatos legislativos, utilizados por “profetas jurídicos” que compartilhavam as mesmas afinidades e objetivos dos dominantes e poderiam utilizar os seus propósitos particulares como universais e invioláveis.

5 Considerações finais

Com um grande histórico de manifestações e protestos contra o aumento de passagens, a população alcançou um dos maiores picos dessa luta no ano de 2013, quando pessoas de vários Estados da Federação, de diferentes níveis sociais e idade, saíram às ruas contra o aumento de passagens em alguns Estados. Embora a faísca para os movimentos tenha sido o aumento de passagens, os protestos foram se alastrando ao ponto de se tornar uma ferramenta para a população exteriorizar todo o seu descontentamento sobre as mais variadas causas. Em algum momento já não era mais possível distinguir todos os motivos pelo qual a população estava indo às ruas, tamanha a pluralidade dos protestos.

No entanto, independente dos motivos, o Estado teria que dar uma resposta a tamanho movimento. Se faz útil, a partir desse ponto, trazer os ensinamentos de Bourdieu para que se possa entender e interpretar os atos estatais para lidar com os movimentos. O que pôde ser observado foram iniciativas legislativas com o fim de obstar de alguma forma as manifestações civis. Percebe-se, assim, o quanto o direito pode ser utilizado para embargar determinadas iniciativas que de alguma forma desafiem a ordem vigente.

Pierre Bourdieu fornece contribuição para se entender o papel do direito como instrumento de limitação para as manifestações. O direito por meio do seu efeito da universalização transforma um ponto de vista particular em geral com força mandamental. Os

juristas são os responsáveis por essa alquimia, podendo até mesmo transmutar a transgressão da norma em um mandamento socialmente aceito.

Não obstante, essas decisões e transmutações realizadas pelos juristas estão em consonância com os interesses dos dominantes. Tal fato se dá, principalmente, pelos juristas e dominantes compartilharem os mesmos hábitos, objetivos, formações familiares e educação em comum.

Portanto, o elevado número de projetos de lei com o fim de se apresentar como entrave para as manifestações, além das leis com objetos de proteção rasos e arbitrários efetivamente usadas, atestam o quanto os escritos do sociólogo francês são uma realidade. As iniciativas jurídicas realizadas contra as jornadas de junho são um exemplo do quanto o direito é convergente com os ideais dominantes e, está em posto para obstar atos que desafiem a ordem social vigente.

Mais do que isso, as iniciativas legislativas demonstram que a voz dos manifestantes reverberou, resultando no uso do direito para responder às “provocações” da população. O histórico brasileiro mostra que nem mesmo as leis mais duras e ditatoriais podem frear o ímpeto de mudança da população e, mesmo com um sistema sólido a favor dos dominantes, os protestos sempre vão ser uma das maneiras mais eficazes de expressar o descontentamento de um povo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Frederico de; MONTEIRO, Filipe Jordão; SMIDERLE, Afonso. A criminalização dos protestos do Movimento Passe Livre em São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 35, n. 102, p. 1-24, 2020.

ARRUDA, Jéssica. Black Lives Matter: entenda movimento por trás da hashtag que mobiliza atos. **Universa uol**, [s. l.], 3 jun. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/03/black-lives-matter-conheca-o-movimento-fundado-por-tres-mulheres.htm>. Acesso em: 9 maio 2021.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BEZERRA, Marcos Otávio. BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. **Rev. Hist. (São Paulo)**, São Paulo, n. 173, p. 487-495, jul./dez. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CARLOMAGNO, Márcio Cunha. Constituindo realidades: sobre A força do direito de Pierre Bourdieu. **Sociologia**, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 22, p. 245-249, 2011.

CEREN, João Pedro; FERRER, Walkiria Martinez Heinrich; CARMO, Valter Moura do. Micropoderes e Constituição: análise das manifestações ocorridas no Brasil em 2013. **Revista Jurídica FURB**, Blumenau, v. 22, n. 49, set./dez. 2018.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. A nova lei de segurança nacional. **Revista de Direito Penal de Criminologia**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 60-69, jan./jun. 1983.

GRENFELL, Michael (ed.). **Pierre Bourdieu**: conceitos fundamentais. Tradução Fábio Ribeiro. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

HAJE, Lara. 80% dos deputados eleitos têm ensino superior completo. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 8 out. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/545865-80-dos-deputados-eleitos-tem-ensino-superior-completo/>. Acesso em: 12 ago. 2021

MADEIRA, Lígia Mori. O direito nas teorias sociológicas de Pierre Bourdieu e Niklas Luhmann. **Direito & Justiça**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 19-39, 2007.

MARCEL, Thyago. 80% dos deputados federais eleitos têm nível superior. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 7 out. 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/442470-80-dos-deputados-federais-eleitos-tem-nivel-superior/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

MODESTO Carvalhosa: uso da Lei de Segurança Nacional para prender manifestantes é prova da quebra do Estado Democrático. **BBC**, [s. l.], 18 mar. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56451442>. Acesso em: 12 maio 2021.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. *In*: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

RIBAS, Luiz Otávio; OLIVEIRA, Géssica; HAMDAN, Aline. Os Entraves do Acesso à Justiça na assessoria jurídica das manifestações de 2013 no Rio de Janeiro. **Revista Jurídica do Curso de Direito da UESC**, Ihéus, v. 16, p. 268-294, 2017.

SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. Crise de representação política no Brasil e os protestos de junho de 2013. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 86-95, maio 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3550/3047>. Acesso em: 9 maio 2021.

SCKELL, Soraya Nour. Os juristas e o direito em Bourdieu: a conflituosa construção histórica da racionalidade jurídica. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP. v. 28, n. 1, p. 157-178, abr. 2016.

SILVA, Ilse Gomes. Democracia e criminalização dos movimentos sociais no Brasil: as manifestações de junho de 2013. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 19, n 2, p. 393-402, jul./dez. 2015.

VILA-NOVA. Alana Abílio Diniz. **Movimentos de rua e suas consequências penais, no ordenamento jurídico brasileiro**: uma análise da repressão criminal a partir das manifestações de junho de 2013. Brasília: IDP/EDB, 2015.

Submetido em 30.08.2021

Aceito em 21.09.2022